



Site do autor: livrosqueardem.com

Tudo aqui é pura ficção, qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência.

Índice

Crônica I - O Ensaio do Mito

Crônica II - O Evangelho Segundo Judas Salafário

Entre soluços e gritaria.....venha o diabo e escolha.

Crônica I - O Ensaio do Mito

No palco da História, o palhaço raramente atua sozinho.

Capítulo 1 – O Filho do Sargento

Há famílias que nascem fadadas à mediocridade com o mesmo vigor com que outras se destinam à glória. A dos Barbosa, por exemplo, não tinha pergaminhos nem grandes tragédias: apenas o quotidiano árduo de uma classe que sonha mais do que alcança. E, convenhamos, o sonho, quando desmedido, é o primeiro passo do rancor.

O pai de Quintino, suboficial reformado, carregava a farda como quem carrega a própria honra: pesada, gasta e sempre limpa. Era homem de poucos afetos e muitas ordens. Tinha o hábito curioso de alinhar os talheres à mesa como se fossem soldados, e repreendia o filho até pelo modo de respirar. “Homem que suspira é fraco”, dizia. E, assim, ensinou-lhe a conter o peito, mas não o orgulho.

A mãe, professora primária, era dessas mulheres que confundem resignação com virtude. Via no marido um exemplo e no filho, um projeto. Acreditava, piedosamente, que a educação salvaria Quintino — crença comum entre os que nunca viram a educação salvar ninguém. Lia-lhe parábolas e moralidades, tentando temperar com doçura o que o pai lhe ensinava com rigidez. Mas, como todo bom equilíbrio doméstico, o resultado foi desastroso: Quintino cresceu aprendendo a mandar e ressentindo-se quando obedecia.

A infância foi um desfile de contradições. O menino obediente na escola tornava-se o insolente em casa; o que rezava diante da mãe zombava das orações entre colegas. Descobriu cedo que a obediência só compensa quando há plateia. E, de certo modo, essa foi sua primeira lição política.

Permita-me o leitor uma breve digressão — vício que reconheço, mas não combato. A sociedade, ao exigir do menino virtudes que não pratica, fabrica adultos ressentidos. É como se pedíssemos a uma planta que floresça sob a sombra. Quintino, pobre criatura, cresceu acreditando que o mundo devia recompensar a boa conduta, e, quando o mundo lhe virou as costas, aprendeu a mordê-las.

Não havia, em sua infância, grandes tragédias — apenas pequenas humilhações. O sapato herdado, o uniforme gasto, o riso dos colegas mais ricos. Cada gargalhada alheia era uma cicatriz. E o leitor, que talvez tenha conhecido um Quintino em sua vizinhança, saberá: não há rancor mais duradouro que o da infância.

Certa vez, contou-me um velho pedagogo (sim, ainda os há) que o menino ofendido sonha mais alto que o menino amado. É possível. Mas o sonho do ofendido, quando

frustrado, torna-se vingança. E foi ali, entre a régua da mãe e a farda do pai, que germinou o germe da vingança.

O jovem Quintino começou a imitar o pai nos gestos e a detestá-lo nos pensamentos. Queria ser como ele, mas maior; obedecia-lhe, mas apenas à espera do dia em que poderia mandar. E quem obedece por cálculo não obedece — apenas adia o motim.

Recordo-me — digo “recordo-me” como se o tivesse visto, pois narrar é também imaginar — de uma cena banal e reveladora. O pai, à mesa, repreende o filho pelo atraso. A mãe tenta intervir, o menino baixa os olhos. Há silêncio. Depois, lentamente, Quintino repete o gesto do pai, batendo o punho na mesa. Um gesto simples, mas simbólico: ali nasceu o eco da autoridade. E, como todo eco, viria depois deformado.

Aos dez anos, já gostava de discursar para o espelho. Fazia poses, ensaiava frases, imitava o tom marcial do pai e o ar moral da mãe. Falava consigo mesmo como quem se dirige a um povo imaginário. E talvez ali, naquele quarto estreito, tenha feito seu primeiro comício.

Não se espante o leitor: os grandes enganadores costumam começar pela própria imagem. Só acredita nos outros quem primeiro se convence a si mesmo. Quintino, ao contrário, jamais acreditou inteiramente em nada — apenas na força do falar. E, para quem tem voz, a verdade é detalhe.

Dizem que o caráter se forma na infância. Eu, mais cético, acredito que ele se deforma. Quintino não nasceu mau; tornou-se assim por insistência. E, se o leitor tiver paciência de acompanhá-lo, verá que cada uma de suas virtudes se converterá, com o tempo, em vício. A obediência, em servilismo; o orgulho, em tirania; a voz, em ruído.

Por agora, deixemo-lo ali — menino ainda, mas já ensaiando o gesto dos que confundem autoridade com dignidade. O pequeno Barbosa sonha alto, e todo sonho, quando nasce do despeito, é uma bomba adormecida.

Capítulo 2 – O Estudante Rebelde

A adolescência é a estação da dúvida — ou, nos casos mais infelizes, da certeza. Quintino atravessou-a como quem marcha em desfile: peito inchado, cabeça erguida e um olhar que não sabia se admirava ou desafiava o mundo. Já não era o menino oprimido da farda doméstica, mas tão pouco se tornara livre. Carregava, dentro de si, o eco das ordens paternas e a piedade cansada da mãe, misturando rigidez e sentimentalismo, como um militar que reza por conveniência.

No liceu, descobriu um novo campo de batalha. Era escola pública, dessas em que o giz e a paciência acabam no mesmo dia. Os professores, resignados, viam nele um aluno aplicado — mas logo aprenderam que o zelo não vinha da sede de saber, e sim do prazer de contradizer. Quintino estudava apenas o suficiente para poder discutir

com autoridade. Lia pouco, mas citava muito. E, como todo jovem que confunde erudição com vaidade, fazia das ideias alheias um espelho do próprio ego.

Certa vez, o professor de História ousou afirmar que o Império trouxera estabilidade ao país. Quintino, que lera uma frase qualquer sobre “as correntes da monarquia”, interrompeu-o com indignação:

“Professor, a liberdade não se negocia com coroas!”

O mestre sorriu — não por aprovação, mas por piedade. O leitor há de entender: não há criatura mais perigosa que o ignorante entusiasmado. Quintino saíra da infância acreditando que a obediência era fraqueza; agora passava a crer que a insolência era pensamento.

Eis aqui o ponto em que, se eu fosse um narrador edificante, faria uma pausa para ensinar algo sobre o valor da modéstia. Mas não o farei — primeiro, porque a modéstia é rara; segundo, porque quem a possui não lê ensaios. Sigamos, pois, com o nosso jovem orador.

No círculo de amigos, era sempre o primeiro a opinar — e o último a ouvir. Reclamava dos políticos, dos ricos, dos professores e até do clima, como se o mundo inteiro conspirasse para negar-lhe o brilho. “Há uma elite que não quer que eu avance”, dizia aos colegas, sem perceber que a tal elite começava e terminava no espelho. É que o ressentido, caro leitor, precisa de inimigos para sustentar o próprio drama.

Por essa época, Quintino descobriu o encanto das assembleias estudantis. Eram reuniões ruidosas em que se discutia de tudo — menos o que importava. Ali encontrou o seu verdadeiro palco. Falava alto, gesticulava, citava revoluções, exigia mudanças. Quando lhe pediam propostas concretas, respondia com slogans. E, por incrível que pareça, era aplaudido. É que a eloquência, mesmo vazia, embriaga mais que o vinho.

Permita-me aqui uma pequena reflexão, dessas que os leitores apressados costumam pular: entre nós, a palavra “liberdade” é usada como senha mágica por quem deseja apenas mudar de tirano. O estudante que grita contra a autoridade sonha em tê-la um dia. Quintino, que gritava contra o sistema, já sonhava em ser o sistema.

A sua fama cresceu no pátio, nos corredores e até na diretoria. Era visto como um espírito “questionador”, o que, em linguagem juvenil, significa “insolente com gramática”. Recebeu advertências, suspensões e, por fim, um elogio envergonhado da mãe, que via no filho rebelde um reflexo distante da bravura do pai. O pai, por sua vez, olhava-o com desconfiança: percebia no filho a mesma altivez que um dia o fizera sargento — e o mesmo orgulho que o impedira de ser major.

Foi nesse ambiente, entre cadernos rabiscados e discursos inflamados, que Quintino começou a moldar o personagem que mais tarde encarnaria com devoção. Aprendeu a confundir opinião com virtude, desobediência com inteligência e o ruído da multidão com aprovação. O narrador — que já o observa de longe, com certo cansaço — reconhece ali o embrião do Mito.

Antes de encerrar o capítulo, deixo-lhe, leitor, uma lembrança curiosa: numa dessas assembleias, um colega mais tímido ousou perguntar-lhe o que significava “povo soberano”, expressão que Quintino repetia a cada minuto. Ele, surpreso, respondeu sem hesitar:

“Povo soberano é aquele que me ouve!”

Riram alguns, aplaudiram outros, e ele, satisfeito, acreditou ter dito uma verdade. E, quem sabe, o tenha. Afinal, a soberania, no fundo, é apenas a vaidade de ser ouvido.

Capítulo 3 – O Soldado e o Salário

Há homens que se alistam por patriotismo, outros por fome; Quintino o fez por vaidade. Via na farda não o símbolo da nação, mas o atalho para o respeito. Queria ser temido, e a farda, dizia ele, “impõe presença”. Enganava-se, naturalmente — mas o autoengano é o primeiro uniforme de quem deseja mandar.

A incorporação foi recebida como um rito de consagração. Lá estava ele, com o cabelo aparado e o olhar firme, acreditando ter trocado o liceu pela história. O narrador, que já viu muitos rapazes confundirem quartel com cátedra, observa: a disciplina militar é uma escola de obediência, não de sabedoria — e Quintino, desde cedo, confundiu o mestre com o servo.

Os primeiros meses correram bem. Era pontual, zeloso, repetia as ordens com voz firme e denunciava os colegas que as desrespeitavam. Havia nele uma vocação para o fiscal — espécie muito respeitada nas pequenas hierarquias. O comandante, satisfeito, chegou a elogiá-lo em voz alta; e o elogio, para almas como a de Quintino, vale mais que o salário.

Mas o tempo, esse grande desmentidor, tratou de mostrar-lhe que o quartel, embora pareça uma república de méritos, é também um mercado de simpatias. Outros, menos rigorosos, avançavam; ele, fiel às regras, permanecia no mesmo posto. E, quando a ambição não encontra degraus, transforma-se em fúria.

Começou então o murmúrio. Queixava-se do sistema, da injustiça dos superiores, da politicagem dos comandos. “Aqui só sobe quem bajula”, repetia — esquecendo-se de que bajular é, em essência, a arte de desejar o poder alheio. Tornou-se mal visto, depois ridicularizado. E o riso, caro leitor, é a forma mais dolorosa de punição para o orgulhoso.

Permita-me um pequeno desvio — prometo voltar. Há quem diga que o militar aprende a servir; eu, mais cético, acho que ele apenas muda de dono. Quintino, habituado a obedecer ao pai, trocou o lar pelo quartel como quem muda o cenário da servidão. Apenas substituiu o castigo doméstico pela sanção regulamentar. O espírito, porém, continuava o mesmo: disciplinado no gesto, rebelde no íntimo.

Foi então que o acaso — essa força que gosta de rir das vocações — proporcionou lhe o episódio que marcaria a sua expulsão. Um dia, depois de longa jornada e curta paciência, Quintino decidiu “provar” a sua coragem. Inspirado em histórias que ouvira de heróis explosivos, construiu com pólvora e ingenuidade um pequeno artefato, destinado — segundo dizia — a “acordar os chefes”.

O artefato, felizmente, não acordou ninguém: falhou no estouro, mas bastou o cheiro para que o descobrissem. Chamado ao comando, Quintino tentou justificar-se com citações: falou de revoluções, de golpes, de símbolos. O superior, homem prático, resumiu:

“Explosivo é coisa de terrorista, Barbosa. E o Exército não treina mártires.”

A punição veio leve — suspensão, transferência, nada mais. E o leitor talvez se admire da clemência. Não o faça. O nosso país, país de indulgências, costuma tratar a estupidez com ternura. O erro, quando cometido com convicção, aqui vira “excesso de entusiasmo”.

O narrador, que já viu muitos excessos semelhantes, anota: a falta de castigo é a mãe do ressentimento. Quintino, poupado da vergonha pública, saiu convencido de que fora vítima, não culpado. E o ofendido, quando erra, jamais se corrige — apenas muda de alvo.

De volta à caserna, já não obedecia: discutia. Citava filósofos que nunca lera, criticava generais, redigia manifestos. Foi, aos poucos, ganhando fama de “incompreendido” — título que, em nossas paragens, serve a todo tolo eloquente. Quando enfim o dispensaram, deixou o quartel sem lágrimas, mas com rancor. Sentia-se maior que o uniforme e menor que o mundo.

Permita-me o leitor outra digressão: há homens que confundem punição leve com perdão. Quintino interpretou a sua como confirmação de inocência. E foi assim, poupado do fracasso completo, que alimentou a ilusão da injustiça. Não há combustível mais inflamável.

Deixou o Exército dizendo que “ali dentro, ninguém pensa”. E saiu, sem perceber, repetindo a frase com a mesma arrogância dos que mandavam. É que o espírito de quartel não se lava com a farda — infiltra-se na alma. Quintino levaria para sempre aquele reflexo: a voz de comando, o dedo em riste, a certeza de que o erro é sempre dos outros.

E foi nesse estado — meio soldado, meio tribuno — que decidiu buscar novo palco. A política, disseram-lhe, é a arte de falar alto sem ser punido. E ele acreditou. Acreditou como acreditam os que precisam transformar o rancor em carreira.

O leitor sorrirá, talvez, ante o destino previsível. Eu também sorrio — com o desalento de quem sabe que as repetições humanas são as únicas tradições sólidas deste país.

Capítulo 4 – O Ressentido Libertado

A demissão chegou num envelope pardo, seco como sentença de juiz. Quintino leu as linhas curtas com o ar grave de quem decifra o destino. “Dispensado por conduta incompatível com os valores da corporação.” Era a primeira vez que via o próprio nome acompanhado da palavra “incompatível” — e não seria a última.

Saiu do quartel sem olhar para trás. Há quem chore ao deixar a farda; ele sorriu, como quem troca um cárcere por um trono imaginário. Dizia aos amigos:

“Não me expulsaram. Libertaram-me.”

Era o seu modo de converter a vergonha em epifania. E, se há talento que lhe reconheço, é o de vestir derrotas com roupagens de vitória.

Nos dias seguintes, vagueou entre o bar e a praça, duas instituições nacionais. No bar, explicava-se aos fregueses; na praça, às pombas. Descobriu que a humanidade escuta melhor quando não responde. Falava de injustiças, complôs, chefes invejosos. A plateia, entre bocejos, concordava. A simpatia do povo é generosa: quem se diz vítima já ganha meio voto.

Permita-me o leitor uma observação: o ressentido é um dramaturgo nato. Precisa transformar sua dor em espetáculo, e o público, mesmo que pequeno, é essencial. Sem plateia, o ofendido desfaz-se; com ela, renasce. Quintino, ao narrar o próprio fracasso, começou a encontrar seu verdadeiro ofício — o de protagonista da desgraça.

Logo percebeu que o uniforme não era requisito para a autoridade. Bastava o tom. A voz grave, treinada em ordens, servia-lhe agora para sentenças morais. “Este país precisa de pulso!” — dizia, batendo na mesa como se fosse púlpito. Alguns aplaudiam, outros riam, mas todos ouviam. E quem é ouvido já se sente eleito.

Os amigos, desses que a miséria multiplica, passaram a chamá-lo de “doutor”. A palavra, entre nós, é como medalha de lata: brilha sem peso. Quintino aceitou o título sem modéstia. Afinal, sempre acreditara que o saber é menos importante que o reconhecimento do saber.

Foi então que um comerciante local — homem esperto, desses que farejam discursos

— sugeriu:

“Por que o senhor não se candidata a vereador? Fala bem, o povo gosta.”

Quintino riu, primeiro por vaidade, depois por fé. A ideia pareceu-lhe uma vocação repentina, como se a providência lhe tivesse reservado, enfim, o microfone que merecia.

Permita-me agora um desvio filosófico (estes livros, sem desvios, seriam guias de trânsito): todo ressentido busca um púlpito. É que o rancor, sozinho, apodrece; mas, amplificado, floresce. Quintino, expulso do quartel, encontrara a praça, e da praça logo subiria ao palanque. Era um caminho natural — a revolta, quando aplaudida, vira ideologia.

Começou então a frequentar comícios alheios, a fazer perguntas barulhentas, a distribuir panfletos com o próprio nome em letras gordas. “Barbosa — voz do povo.” Não sabia ainda o que dizer em nome do povo, mas a voz já tinha. E, neste país, o verbo precede o pensamento.

O narrador — que não o condena, apenas o descreve — nota o detalhe: Quintino não buscava causas, buscava ecos. Falava o que os outros queriam ouvir, sem saber se acreditava. Descobriu que, quanto mais simples a frase, maior o aplauso. E assim, aos poucos, trocou as convicções pelas rimas.

“Quem rouba o povo é traidor!”

“Quem cala consente!”

“Quem manda deve ouvir!”

Era um poeta de cartaz, um profeta de esquina.

Não tardou para que os jornais locais notassem o alvoroço. Chamaram-no “voz popular”, “novo nome em ascensão”, “ex-militar de opiniões firmes”. Quintino, lendo as manchetes, sentiu-se enfim reconhecido. O fracasso, lavado em tinta de imprensa, tornou-se biografia.

Permita-me uma confidência, caro leitor: há neste país uma devoção curiosa àqueles que caem barulhentos. O silêncio, entre nós, é confundido com fraqueza; a gritaria, com autenticidade. Quintino, percebendo o efeito do barulho, fez dele a sua doutrina. Não pensava — reverberava.

De noite, ao deitar-se, repetia as frases que dissera, como quem reza o próprio credo. “O povo precisa acordar!”, “Eu não me calo!”, “Sou homem de coragem!”. Acreditava nelas como o ator acredita no papel. E, como todo ator, começou a temer o esquecimento mais que o fracasso.

Foi assim que, sem perceber, o ex-soldado transformou-se em orador, e o orador, em candidato. Não sabia ainda que a política é o quartel dos vaidosos, onde cada ordem é um discurso e cada discurso, um golpe.

O narrador, que conhece o desfecho, apenas observa: a liberdade, para certas almas, é apenas a troca de algemas.

Eis Quintino — liberto da farda, mas prisioneiro da própria voz.

Capítulo 5 – O Orador das Feiras

Dizem que o talento encontra o seu caminho; o de Quintino encontrou o microfone. Foi numa feira de bairro, dessas onde o cheiro dos fritos se mistura ao da política, que o nosso herói descobriu que a voz, quando bem modulada, pode substituir o argumento.

Subiu num caixote — altar improvisado da demagogia — e começou a discursar. Falava de tudo: da inflação, da corrupção, do preço do feijão, da falta de moral. Cada frase era um tijolo lançado ao ar; e o curioso é que o povo aplaudia, mesmo sem entender o que se construía. Um velho, emocionado, chegou a dizer:

“Esse fala o que a gente sente!”

Eis o elogio supremo da ignorância: quando alguém põe som na confusão alheia.

A partir desse dia, Quintino tornou-se presença constante nas feiras, nos comércios, nas esquinas. Aparecia em toda inauguração de banca, todo protesto, todo velório político. Falava sempre — e sempre alto. Dizia-se “a voz do povo”, o que, convenhamos, é uma maneira elegante de se autoproclamar ventríloquo da multidão.

Logo surgiram os convites. Pequenos comerciantes, líderes de bairro, associações de aposentados — todos queriam o “ex-soldado que fala bonito”. O título, aliás, o encantava: ex-soldado. Era como se a exclusão anterior se convertesse em medalha. E o adjetivo “bonito” — aplicado ao falar, e não ao rosto — bastava-lhe como consolo estético.

Os jornais locais começaram a mencioná-lo. “Novo líder popular desponta”, dizia uma manchete. E outra, mais entusiasmada: “Barbosa, a voz que ecoa nas ruas.” Quintino recortou as notícias, mandou emoldurar, e passou a exibi-las em casa. O retrato do pai, outrora pendurado na parede principal, foi discretamente deslocado. “A glória também se herda”, explicou à mãe.

O narrador, que observa à distância com o humor melancólico dos que já viram muitos Barbosas subirem e caírem, comenta: o palanque é o único púlpito onde a fé é medida em decibéis.

De início, Quintino falava por impulso. Depois, por hábito. E, em breve, por necessidade. Descobriu que o silêncio o ameaçava: cada pausa soava como esquecimento. Passou a discursar até para si mesmo, na varanda, na fila do pão, na missa. Certa vez, interrompeu o padre, corrigindo-lhe um versículo. “A moral do texto é outra”, disse. O sacerdote, paciente, sorriu: “A moral é do Evangelho, meu filho.” Quintino não respondeu; não por humildade, mas por não saber o que era o Evangelho.

O sucesso trouxe-lhe discípulos. Jovens inflamados começaram a segui-lo, anotando as suas frases e repetindo-as como orações políticas. Formou-se um pequeno grupo — “Movimento Barbosa Livre” — cujo lema era: “Falar é resistir”. Ninguém sabia ao certo a que se resistia, mas a frase soava bem, e bastava.

Permita-me, leitor, outra reflexão: entre nós, a retórica é mãe da ideologia. As palavras precedem o sentido; o discurso cria o motivo. Quintino, sem perceber, tornava-se autor de uma peça cujo enredo não compreendia. Era o protagonista de uma farsa escrita pelo aplauso.

Com o tempo, os comerciantes locais convenceram o a concorrer a vereador. Argumentavam: “Quem fala bem, convence. E quem convence, vence.” Era uma lógica simples, e Quintino, que nunca se deteve em complexidades, aceitou. Assim, o antigo soldado ressentido viu-se, pela primeira vez, em campanha.

E que campanha! Panfletos com seu rosto sorridente, promessas vagas (“Trabalho, Moral e Família!”), discursos inflamados, visitas a mercados e igrejas. Prometia tudo, a todos, com a convicção de quem não pretende cumprir. A sinceridade, entre nós, é um luxo perigoso; o populismo, um seguro de votos.

Durante o último comício antes da eleição, Quintino encerrou seu discurso com uma frase que o acompanharia por toda a carreira:

“Eu sou como vocês! Errado, mas corajoso!”

A multidão rugiu. Afinal, quem não quer ver seus defeitos transformados em virtude?

E o narrador, que não é cruel mas tão pouco piedoso, conclui este capítulo com uma máxima que talvez valha mais que o próprio enredo:

No nosso país, o talento é dispensável; basta parecer sincero.

Eis Quintino — o orador das feiras, o profeta do improviso, o homem que confundiu voz com ideia.

Capítulo 6 – A Família Republicana

A eleição foi uma surpresa para todos — inclusive para Quintino. Obteve mais votos

do que esperava, o suficiente para garantir-lhe um assento no legislativo municipal. Entrou no gabinete como quem penetra num templo: olhos húmidos, peito ereto, alma embevecida. Era, enfim, alguém. E no país dos “ninguéns”, isso basta para justificar qualquer pecado.

Nos primeiros dias, andava pelos corredores da Câmara como um turista num museu de si mesmo. Tocava as paredes, cumprimentava porteiros, sorria aos fotógrafos. Quando assinou o primeiro documento oficial, demorou-se sobre a caneta, saboreando o peso da autoridade. “Agora, quem manda sou eu”, murmurou. Era, no fundo, o mesmo menino que batera o punho na mesa do pai — apenas com eco maior.

Mas logo descobriu que governar — mesmo um pequeno mandato — exige menos inspiração que logística. Havia nomeações, assessorias, contratos. Quintino, que desconfiava de todos, recorreu aos únicos seres em quem confiava: os seus. Assim, o gabinete transformou-se, pouco a pouco, em casa de família.

A esposa tornou-se chefe de gabinete (“ninguém me entende melhor”, justificou). O filho mais velho, assessor de comunicação (“tem boa letra e sabe lidar com as redes”). A filha, responsável pelo cerimonial (“moça de modos finos, sabe cumprimentar”). Um sobrinho cuidava da contabilidade, outro do carro oficial. Até o cunhado, homem de duvidosa utilidade, foi agraciado com o cargo de “coordenador de articulação social” — função tão vaga quanto bem remunerada.

Permita-me o leitor uma digressão. O nepotismo, entre nós, não é vício, mas instinto. Herdamos dos que nos antecederam o hábito de confundir parentesco com confiança, e o serviço público com a sala de jantar. Quando ascendemos, levamos connosco não as ideias, mas a parentelha. A república é, no fundo, uma família extensa.

Quintino, questionado por um repórter sobre tais nomeações, respondeu com a altivez dos que acreditam no próprio sofisma:

“Quem melhor que a família para confiar os destinos da pátria?”

A frase, que soaria ridícula em outros lábios, caiu no gosto popular. Foi repetida em rádios, cartazes e até nas missas. O eleitor, sempre condescendente com os pecados que também cometeria, achou graça. “Pelo menos é dos dele”, dizia o povo. E assim, entre risos, se normaliza a rapina.

Os meses seguintes foram de fartura doméstica. A esposa, outrora modesta, passou a exigir motorista; o filho, que mal concluíra o ensino médio, começou a escrever discursos inflamados contra “a velha política”. Nas fotos oficiais, a família posava unida, todos sorridentes, trajando a mesma cor de roupa — como se quisessem provar ao país a harmonia da corrupção.

O narrador, que não se comove facilmente, reconhece ali uma cena de comédia antiga:

os Barbosas, cada qual com seu cargo e convicção, acreditavam estar servindo à nação, quando apenas se serviam dela. E o mais curioso — ou trágico — é que o povo, longe de se ofender, via neles um espelho. Afinal, quem não sonha em empregar um parente?

Quintino, entre uma sessão e outra, começou a tomar gosto pelo título de “excelência”. O tratamento honorífico soava-lhe como música, compensando as ofensas do passado. A cada vez que alguém o chamava assim, ele sentia que a vida lhe pedia desculpas. E quem acredita ter sido injustiçado não vê roubo em sua reparação.

Permita-me, leitor, uma confissão: há algo de profundamente humano — e, por isso, incurável — nessa mistura de mágoa e triunfalismo. O ressentido, quando ascende, não busca justiça: busca vingança disfarçada de ordem. Quintino queria provar ao mundo que estava certo, e o mundo, cansado, deixou que estivesse.

Entre as suas muitas iniciativas legislativas, nenhuma sobreviveu ao tempo. Propôs o “Dia do Cidadão de Bem”, o “Programa da Família Unida” e a “Semana da Moral e dos Bons Costumes”. Projetos inofensivos, aprovados com unanimidade e esquecimento. O que lhe importava não era mudar a cidade, mas ser citado nas atas. O poder, para ele, não era meio — era espelho.

Certa tarde, ao deixar o gabinete, encontrou um velho colega de quartel, agora motorista de autocarros. O homem cumprimentou-o com humildade:

“Parabéns, Barbosa. Você venceu.”

Quintino sorriu, mas não respondeu. No íntimo, pensou: vencer é ter quem obedeça.

O narrador, que o acompanhava em silêncio, anota: nesse instante, o Mito começou a respirar.

Capítulo 7 – O Deputado da Pátria

Há homens que sobem por mérito, outros por acaso; Quintino subiu por barulho. O nome, repetido nas feiras e nas rádios, tornara-se sinônimo de “autenticidade” — essa virtude tão vaga quanto popular. O povo, que se encanta com quem “fala sem medo”, começou a vê-lo como um dos seus. E, quando o eleitor se reconhece no candidato, a urna torna-se um espelho.

Foi assim que Barbosa, sem projeto, programa ou partido sólido, conquistou um assento na Assembleia. Entrou no palácio legislativo como quem invade uma catedral: olhar reverente, passo hesitante e uma sensação íntima de vingança. Estava ali, entre doutores e advogados, o ex-soldado que o sistema desprezara. E, convenhamos, a vaidade é o combustível mais potente das vocações políticas.

Nos primeiros dias, comportou-se com certo pudor. Observava os corredores, as sessões, o cerimonial. Parecia um recém-chegado ao teatro, tentando decorar o papel dos veteranos. Mas logo entendeu que, naquele palco, ninguém decorava nada: improvisava-se. E Quintino, mestre do improviso, sentiu-se em casa.

Permita-me o leitor uma breve digressão — essas curvas do pensamento que tornam o caminho mais agradável. O Parlamento, entre nós, é menos casa de leis que arena de discursos. O verbo, aqui, substitui o voto; o grito, o argumento. Quintino compreendeu depressa que, para ser ouvido, bastava indignar-se. A indignação é a arte de parecer justo sem sê-lo.

Assim começou sua carreira parlamentar. Falava todos os dias, sobre qualquer assunto. Um incêndio na Amazônia? “Culpa da esquerda.” Um aumento no preço do arroz? “Culpa da globalização.” Uma enchente na cidade natal? “Castigo divino aos corruptos.” Cada problema era uma oportunidade de aplauso. E o aplauso, como o vinho, embriaga mais quem o serve que quem o recebe.

Em pouco tempo, a imprensa apelidou o de “deputado da pátria”. Ele, lisonjeado, adotou o título. “Eu falo pelo povo”, dizia, esquecendo que o povo raramente tem porta-voz — e, quando tem, costuma ser o menos autorizado. Repetia frases feitas, batia na mesa, brandia a bandeira. E, como a bandeira não responde, parecia que ela concordava.

O narrador, que há muito deixou de se surpreender com as coincidências da vaidade humana, nota um detalhe: Quintino já não acreditava em nada do que dizia, mas dizia com tanta convicção que parecia acreditar. O teatro político, caro leitor, exige apenas isso — a verossimilhança da fê.

Entre um discurso e outro, o nosso deputado cuidava dos negócios da família, agora ampliados. O filho mais velho, convertido em “consultor legislativo”, elaborava as emendas que garantiam verbas para empresas amigas. A filha, assessora, organizava eventos patrióticos. E a esposa, primeira-dama informal, distribuía cestas básicas com a logomarca do marido. Tudo em nome da pátria, claro — e da reeleição.

Permita-me um comentário, talvez amargo: o poder, entre nós, é hereditário não por sangue, mas por proximidade. Quem está ao lado do eleito já se sente eleito. E o eleito, ao cercar-se de espelhos, perde a noção da própria feiura.

Certa tarde, num debate acalorado, um colega o acusou de demagogo. Quintino, fingindo-se ofendido, respondeu:

“Prefiro ser demagogo com o povo do que elitista contra ele!”

A frase, dita em tom marcial, correu o país. Foi citada, compartilhada, tatuada em cartazes. O insulto, convertido em bandeira, tornou-se virtude. O deputado descobria,

assim, o segredo da política moderna: toda acusação bem dita vira slogan.

Mas o sucesso cobra juros. A vaidade exige alimento constante, e o aplauso de ontem nunca sacia o orador de hoje. Quintino passou a buscar holofotes maiores, câmeras mais próximas, plateias mais inflamadas. Começou a viajar pelo país, discursando em praças e templos. Chamavam-no para congressos de “homens de bem”, marchas cívicas, convenções moralistas. Tornou-se símbolo de uma indignação difusa — essa raiva sem endereço que sempre encontra abrigo nos ouvidos mais altos.

O narrador, observando-lhe a trajetória, arrisca uma comparação zoológica: Quintino era como o galo — não canta por beleza, mas para lembrar que existe. E quanto mais canta, mais crê no próprio amanhecer.

Ao fim do mandato, o ex-soldado estava transformado em tribuno nacional. Não dissera nada novo, mas dissera tudo com a ênfase dos convertidos. E, no mundo das aparências, isso basta.

Fecho este capítulo com uma nota de melancolia: o país que o elegeu não queria soluções — queria emoção. E Quintino, que nada sabia resolver, ofereceu o que tinha de sobra: sentimento e ruído.

E assim, passo a passo, o ressentimento ia se confundindo com carisma.

Capítulo 8 – O Apóstolo do Ódio

Se outrora a praça fora o templo dos oradores, agora era o ecrã do telemóvel. O país descobrira que o dedo é mais rápido que a razão; e, quando isso acontece, a palavra deixa de ser ponte para tornar-se projétil.

Foi nesse novo continente — feito de curtidas, partilhas e indignações — que Quintino encontrou o seu Éden.

A princípio, hesitou. Não compreendia bem o mecanismo: perguntava se “postar” era o mesmo que “publicar”, se “seguidores” eram devotos ou fiscais. Mas logo percebeu que o novo mundo dispensava o velho saber. Ali, não era preciso pensar — bastava reagir.

E reagir era algo que Quintino fazia com talento.

O primeiro vídeo viralizou. Gravado num canto mal iluminado do gabinete, mostrava-o indignado:

“Estão destruindo a pátria! Querem calar o cidadão de bem!”

Falava com o dedo em riste, olhos faiscantes, voz de quartel. Ao fundo, uma bandeira e, sobre a mesa, um crucifixo — decoração de quem não confia na própria santidade.

Em poucas horas, o vídeo correu o país. Milhares o aplaudiam; outros tantos o insultavam. Quintino, deliciado, percebeu que o ódio também é forma de atenção.

Permita-me o leitor uma breve digressão: o século ensinou aos vaidosos que ser amado é difícil, mas ser odiado é simples — e rende mais cliques. Quintino, que jamais distinguira amor de aplauso, viu no rancor alheio o sinal da própria importância.

Começou, então, uma liturgia diária: acordava e, antes do café, gravava. “Bom dia, patriotas!” — e seguia denunciando conspiradores imaginários, inimigos difusos, moralistas de ocasião.

O verbo “denunciar” dava-lhe a sensação de pureza. É curioso: o homem, quando acusa, esquece-se de si.

O público crescia. Vinham de toda parte mensagens, elogios, promessas de apoio. Formaram-se grupos, perfis falsos, fanpages fervorosas. Chamavam-no de “mito”, “salvador”, “último honesto”. Ele, que antes se dizia apenas vítima, agora via se messias.

E quem acredita ser o escolhido deixa de ouvir — até mesmo a própria consciência.

Permita-me, leitor, um aparte moral: o mito, no fundo, é o ressentido canonizado. A multidão, incapaz de suportar a própria mediocridade, elege um dos seus e o transforma em santo do desespero. Quintino não guiava ninguém; apenas refletia a raiva geral.

A cada crítica, reagia com fúria. Chamava jornalistas de inimigos, professores de comunistas, artistas de degenerados. Qualquer discordância era traição. E os fiéis, inflamados, repetiam-lhe o tom: ameaçavam, gritavam, insultavam.

O ódio, antes confinado ao coração, agora tinha endereço e horário.

Quando lhe perguntavam por que atacava tanto, respondia com um sorriso de mártir:

“Não é ódio. É amor à verdade.”

A frase, tão absurda quanto eficaz, corria as redes como um versículo novo.

É que, caro leitor, o fanático nunca admite o próprio fanatismo — chama-o de dever.

Em pouco tempo, o nome de Quintino tornou-se sinônimo de “coragem”. Telejornais citavam o, rádios o entrevistavam, programas o satirizavam. Ele, indiferente às ironias, via em toda menção um troféu.

Para o vaidoso, até o escárnio é medalha.

Começou a reunir multidões. As praças enchiam-se de fiéis brandindo bandeiras e cartazes com seu rosto. “Um de nós!”, gritavam. E, de fato, era. Quintino não era um líder — era um reflexo: rude, ressentido, barulhento.

O povo via nele a própria grosseria absolvida.

O narrador, cansado mas ainda lúcido, observa: há na sociedade uma estranha atração pela brutalidade sincera. O homem educado é visto como falso; o rude, como autêntico. Quintino percebeu isso e fez da ignorância um estilo.

Falava mal de tudo, mas falava com convicção — e a convicção, quando alta, dispensa argumento.

Os inimigos multiplicavam-se, o que para ele era sinal de grandeza. “Se me atacam, é porque temem a verdade.” — repetia, sem perceber que ninguém teme o tolo, apenas o barulho.

E assim, aos poucos, o político virou apóstolo; o apóstolo, pregador; e o pregador, santo do ressentimento nacional.

Permita-me um pensamento que talvez o leitor rejeite, mas que a história confirma:

O mito nasce da soma da raiva dos outros.

Quintino não foi obra de si mesmo — foi fruto de um país cansado de pensar.

E eis o nosso herói, elevado à condição de símbolo.

O ex-soldado, o vereador, o deputado... agora falava à nação inteira — e a nação, espelhando-se nele, achava-se maior.

Capítulo 9 – A Democracia de Farda

Subir da tribuna ao trono é sempre uma ascensão traiçoeira. O eco dos aplausos que empurra o homem ao poder costuma abafar o bom senso que deveria guiá-lo. Quintino Barbosa, até então deputado de vocação teatral e verbo inflamado, viu-se — por uma dessas ironias democráticas — eleito presidente.

Não por virtude, mas por volume.

Era o triunfo do barulho sobre o argumento, da frase de efeito sobre o programa, da ira sobre a ideia.

O povo, cansado de promessas e encantado com a voz de comando, decidiu

experimentar o improviso.

E assim, o homem que aprendera a gritar nas praças foi convidado a governar do palácio — confundindo, desde o primeiro dia, o microfone com o cetro.

Permita-me o leitor uma digressão: há homens que, ao chegarem ao poder, sentem o peso da responsabilidade; outros, o perfume da glória. Quintino escolheu o segundo aroma — e embriagou-se.

No instante da posse, ergueu a mão direita como quem abençoa um batalhão.

“Prometo governar para todos!”, declarou, e já nesse “todos” ocultava o desejo de um só: ele mesmo.

O poder, dizem, não corrompe — apenas revela. E o que o poder revelou em Quintino foi um pequeno comandante à procura de quartel. Ele chegara ao topo não por ideias, mas por decibéis; e, como não sabia governar, governou à sua maneira: gritando.

A democracia, para ele, era uma cerimônia incômoda. Falava nela com a mesma resignação com que um doente fala da dieta. Dizia-se “homem do povo”, mas detestava o povo quando o povo discordava. Queria seguidores, não cidadãos.

“Democracia é boa — quando a maioria está comigo”, costumava repetir. E, por sorte (ou tragédia), durante algum tempo esteve.

Permita-me o leitor uma digressão necessária. Há entre nós um amor infantil pela autoridade. O nosso povo, criado entre castigos e bençãos, confunde ordem com virtude e submissão com decência. Daí o fascínio pelos gritos: parecem disciplina. Quintino, que trazia o eco do pai e do quartel, soube explorar esse instinto. Seu “simples falar” soava como comando, e o país, cansado de pensar, obedeceu.

Instalado no palácio, mandou pendurar retratos de generais nas paredes e trocou assessores técnicos por velhos camaradas de farda. “Confiança acima de tudo”, dizia. Era a velha lógica militar aplicada à coisa pública: a competência cede lugar à lealdade, e o Estado vira caserna.

Os conselheiros, escolhidos a dedo (e que dedo!), faziam-lhe coro em tudo. O poder, cercado de ecos, transforma a voz mais tola em oráculo.

Certa vez, um ministro mais sensato sugeriu prudência numa decisão. Quintino bateu na mesa:

“Você é contra mim ou contra a Pátria ?”

A confusão entre pessoa e pátria é sinal clássico da doença do mando. O narrador, que já viu muitos pacientes desse mal, reconheceu o sintoma: o delírio da infalibilidade.

Nas cerimônias, falava de “Deus, pátria e moral”, trindade conveniente para quem não tem outro evangelho.

Mandou criar hinos, slogans, campanhas patrióticas. E, para provar que era “homem de ação”, autorizou desfiles, marchas e solenidades — todas cheias de bandeiras e ausentes de conteúdo.

O espetáculo substituía a gestão; o símbolo, a substância.

Permita-me, leitor, outra reflexão amarga: o autoritário, quando não é gênio, compensa na coreografia. Quintino sabia posar. De uniforme improvisado, erguendo o queixo ao vento, lembrava um retrato de calendário cívico. A imagem era tão ridícula quanto eficaz: o povo adora quem parece mandar.

Nas transmissões oficiais, tratava jornalistas como recrutas.

“Respeito!” — ordenava.

E, quando alguém insistia em questioná-lo, virava-se para a câmera e exclamava:

“Estão vendo? Querem me censurar!”

A plateia digital rugia em defesa do chefe oprimido. Era o truque perfeito: transformar cada pergunta em perseguição.

No Parlamento, dizia-se vítima de sabotagem. Nos tribunais, injustiçado. Nos jornais, caluniado. A cada contrariedade, via conspiração. O ego de Quintino era uma lente convexa: ampliava os inimigos e distorcia os fatos.

“O sistema teme me”, dizia, sem notar que o sistema o sustentava.

Permita-me um parêntese: o medo é o maior dos pedagogos políticos. O governante que teme ser contrariado tenta controlar tudo; o povo, que teme o caos, aceita o controle. Assim se fecham os círculos da servidão.

Certo dia, durante uma cerimônia militar, Quintino elogiou antigos torturadores. “Homens firmes, que fizeram o que tinha de ser feito.” — disse, com o sorriso de quem confunde crueldade com coragem.

O narrador, estupefato mas não surpreso, registrou em silêncio: há sempre alguém disposto a reescrever o passado, desde que lhe prometam um futuro de obediência.

Os discursos tornaram-se mais duros, os gestos mais imperiosos. Quintino falava de “limpar a nação”, “varrer os corruptos”, “calar os inimigos”. As palavras, repetidas por milhões, começaram a soar naturais. E o natural, quando nasce do hábito, é mais perigoso que o absurdo.

Os opositores, intimidados, hesitavam. Cada crítica gerava enxurrada de ofensas; cada dúvida, ameaça.

A democracia, lentamente, tornava-se farda — e a farda, discurso.

Permita-me uma confissão amarga: o narrador, que sempre acreditou no riso como defesa, começa aqui a rir menos. É que o grotesco, quando ganha arma, perde a graça.

Eis Quintino Barbosa — o presidente de voz tonitruante, o homem que confundiu obediência com virtude e medo com respeito.

O país, de tanto aplaudi-lo, começava a marchar sem perceber.

Capítulo 10 – A Arte do Tumulto

Há políticos que governam; outros, que encenam. Quintino, fiel à sua vocação, escolheu o segundo ofício. Descobriu cedo que o caos, se bem dosado, mantém o povo alerta — e, alerta, o povo não pensa. Assim, fez do governo um espetáculo de sustos.

Cada semana trazia uma crise; cada crise, uma oportunidade de discurso; e cada discurso, um novo inimigo.

No início, muitos acreditaram tratar-se de inexperiência. “É o estilo dele”, diziam os aliados. Mas o narrador, que conhece o teatro da vaidade humana, viu logo o truque: Quintino confundia estabilidade com tédio. E, como o tédio mata o mito, preferiu governar entre incêndios.

A tática era simples: provocar, recuar, acusar.

Num dia, atacava o Supremo; no outro, a imprensa; no seguinte, os governadores; depois, os médicos, os professores, os ventos e até os números. Qualquer contradição servia-lhe de barricada.

Quando o país esperava soluções, ele oferecia brigas; e, em cada briga, posava de mártir.

Permita-me o leitor uma digressão: o mártir é a mais cômoda das máscaras políticas. Quem se diz perseguido não precisa explicar os seus fracassos — apenas apontar perseguidores. Quintino, mestre nesse ofício, vivia sitiado por fantasmas: “Eles querem me derrubar!”, clamava, sem jamais esclarecer quem eram “eles”. O povo, fascinado, via complôs até nas nuvens.

O narrador, talvez por deformação filosófica, nota: o medo une mais que a esperança. O povo, assustado com os inimigos imaginários, aproximou-se do chefe como criança que busca abrigo na sombra do monstro.

E Quintino, satisfeito, alimentava o pavor — era seu combustível moral.

A cada pesquisa desfavorável, reagia com fúria. “Mentira! Fraude! Inveja dos poderosos!”

A cada reportagem crítica, gritava: “Imprensa vendida!”

E, quando algum juiz ousava contrariá-lo, bradava: “Querem calar o povo!”

Note o leitor a esperteza: ele jamais dizia “calar-me”, mas “calar o povo”. Assim, transformava a própria vaidade em voz nacional.

Certa vez, diante de câmeras, comparou-se a heróis antigos. “Se Cristo foi traído, por que eu não seria?”

O narrador, que evita o sacrílego mas não o irônico, observou: o verdadeiro perigo é quando o tolo se acredita crucificado.

As redes ferviam. Os fiéis repetiam-lhe os slogans, defendiam-no com unhas e teclados. Os adversários, indignados, reagiam — e cada reação aumentava o ruído. Era o círculo perfeito: o escândalo alimentava a atenção; a atenção, a vaidade; a vaidade, novos escândalos.

O governo, ao fim, tornou-se uma sequência de indignações coreografadas.

Permita-me um breve aparte histórico. Há na nossa alma uma nostalgia da desordem: o povo, acostumado a sobreviver ao imprevisto, confunde caos com autenticidade. O governante desorganizado parece “gente como a gente”. Quintino, intuindo isso, fez do tropeço um método.

Quando errava, chamava o erro de “experiência”; quando recuava, dizia “sou flexível”; e, quando desmentido, sentenciava: “a verdade muda”.

O gabinete, antes repleto de aliados, virou trincheira. Os ministros eram trocados como baralhos gastos. Nenhum durava muito: uns saíam por decência, outros por fadiga. “Traidores!”, berrava Quintino.

O narrador, já sem espanto, apenas anotou: o líder inseguro destrói os seus para não ver-se pequeno.

Entre tantas crises, houve uma que o definiu. Acusado de irregularidades em contratos, Quintino reagiu com teatral indignação:

“Querem me condenar sem provas!”

E, em seguida, exibiu papéis, gráficos e um crucifixo — não na ordem certa. A

encenação convenceu os fiéis; afinal, entre provas e lágrimas, o povo prefere lágrimas.

Permita-me, leitor, um instante de seriedade (prometo breve): a tragédia das nações não está nos tiranos, mas na plateia que os aplaude. Quintino, sozinho, seria um eco; com aplausos, virou coro.

Cada crise reforçava sua aura; cada absurdo, sua autenticidade.

O tempo, porém, cobra juros. O tumulto, usado em demasia, cansa até o fanático.

Os jornais, saturados de insultos, começaram a ignorá-lo. Os aliados, exaustos, fingiam entusiasmo. E o país, dividido entre o riso e o bocejo, começava a perguntar-se: “Será que é só isso?”

O narrador, experiente em farsas humanas, responde: sim, era só isso.

O barulho, enfim, tornara-se rotina — e nada envelhece mais rápido que o escândalo.

Fecho este capítulo com uma nota moral: o poder que se sustenta no tumulto termina soterrado pelo próprio eco.

Eis Quintino Barbosa — o general da balbúrdia, o patriota do improvisado, o homem que confundiu governo com plateia.

Capítulo 11 – O Vírus e o Espelho

Foi um vírus — desses que não têm rosto, mas têm método — quem, enfim, desmascarou o Mito. Apareceu discreto, como notícia estrangeira. De início, Quintino não lhe deu importância. “Coisa de chinês”, murmurou, enquanto apertava mãos e beijava crianças.

Para o homem que governava pelo ruído, a ameaça invisível parecia brincadeira de laboratório. Mas o invisível, caro leitor, tem o mau costume de não pedir licença.

Os primeiros casos surgiram, as notícias multiplicaram-se, e a imprensa, em pânico, exigiu medidas. Quintino, fiel ao seu estilo, preferiu zombar. “Histérica!”, disse da mídia. “Exagero!”, disse da ciência. “Gripezinha!”, disse da morte.

Ria diante das câmeras, tocava as pessoas, fazia piadas. E o povo, confuso entre o medo e a admiração, ria junto.

Há risos, porém, que soam como epitáfios.

Permita-me uma digressão breve, mas necessária: o humor é a couraça dos fracos. Quintino ria não por coragem, mas por pavor. O medo de admitir ignorância é o maior

dos medos políticos. Dizer “não sei” seria render-se ao mundo real; e o mito vive de negar a realidade.

Enquanto outros líderes convocavam médicos, ele convocou pastores e generais. “Fé e disciplina curam tudo”, decretou. Criou um comitê, não de saúde, mas de propaganda. Mandou imprimir cartazes: “O País não pode parar!” — e o País, obediente, continuou a morrer.

O narrador, que já viu pestes e governos, observa: a morte é o único plebiscito honesto.

E, nesse plebiscito silencioso, Quintino perdeu por larga margem.

As cenas multiplicavam-se: hospitais lotados, covas abertas, sirenes. O país, estarecido, via a tragédia em cadeia. E o chefe, do alto de sua tribuna digital, insistia:

“É invenção! Estão inflacionando os números!”

Dizia isso enquanto os caixões se acumulavam — mas, convenhamos, números sempre assustaram mais que cadáveres.

Permita-me, leitor, uma pausa amarga. É curiosa a capacidade humana de transformar tragédias em estatísticas e estatísticas em opiniões. Quintino, ao negar a dor, pretendia controlar o medo; terminou escravo dele.

Vieram as vacinas — e, com elas, a oportunidade da redenção. Bastava abraçar a ciência, ouvir os técnicos, reconhecer o erro. Mas o orgulho não permite curvas. Quintino desconfiou das seringas, dos laboratórios, dos médicos.

“Querem me enfraquecer!”, gritou, como se o vírus fosse um golpe de Estado.

Ato contínuo, promoveu curas mágicas, elixires duvidosos, e transformou a medicina em palco de circo.

Os aliados, constrangidos, fingiam convicção. Alguns, para manter o cargo, juravam ter se curado com as poções do chefe. A fé, caro leitor, é mais obediente que a razão.

Entre risos e bravatas, a doença chegou-lhe à porta. O narrador hesita em narrar o episódio — não por piedade, mas por ironia.

Quintino, o homem que desprezava a máscara, viu-se enclausurado, febril, isolado.

Durante alguns dias, experimentou o silêncio.

O telefone calou-se, os vídeos cessaram, os aplausos sumiram.

E ele, pela primeira vez, ouviu o som do próprio medo.

Dizem que chorou — e não duvido. A solidão é o espelho que nenhum mito deseja encarar.

Mas, tão logo o perigo passou, voltou às câmeras.

“Vitória da fé!”, declarou.

E o povo, aliviado, aplaudiu.

O riso, aquele velho disfarce, reassumiu o lugar da prudência.

Permita-me outra reflexão: os deuses da vaidade são misericordiosos — perdoam a estupidez desde que ela sorria. O país, exausto de tragédias, preferiu rir com o chefe a chorar pelos mortos.

O espetáculo precisava continuar.

E continuou.

Vieram novas ondas, novos surtos, novas lágrimas. Quintino, fiel ao roteiro, repetia as mesmas falas.

O narrador, cansado de anotar as repetições, escreve agora com desalento:

o erro, quando aplaudido, volta ao palco travestido de destino.

Quando a tempestade enfim arrefeceu, restaram escombros e culpas.

Quintino, no entanto, sentia-se triunfante: “Enfrentei tudo e venci!”

Não percebeu que a única vitória fora sobre a piedade.

Encerrando este capítulo, confesso, leitor: aqui o riso do narrador esmorece.

Pois há desgraças tão humanas que já não servem à ironia.

Quintino riu — e o país, ao rir com ele, viu-se refletido no espelho.

Um espelho embaçado de lágrimas e propaganda.

Capítulo 12 – A Transação Moral

Nenhum governo cai de uma vez; antes, vai cedendo — como uma ponte velha que range antes de ruir. O de Quintino começou a ranger quando o eco das mortes se

tornou maior que o ruído de seus discursos. As ruas, antes ocupadas por fiéis, estavam agora vazias; as redes, antes fervorosas, tremiam de cansaço.

Os inimigos cresciam e os aliados minguavam. E, quando a solidão começa na base, o topo vacila.

Acusado de negligência, alvo de inquéritos, investigado por corrupção familiar, Quintino reagiu como sempre: com indignação.

“Querem derrubar o homem do povo!”, gritava, sem perceber que o povo já mudara de canal.

A indignação, como todo remédio em excesso, perdera o efeito.

Restava-lhe, então, o último recurso dos orgulhosos: negociar.

Permita-me, leitor, uma breve digressão — pois aqui, como em toda tragédia moderna, entra o coro do oportunismo.

A política, quando sente o cheiro de cadáver, transforma-se em feira: cada apoio tem preço, cada silêncio, tarifa. E Quintino, que tanto desprezara os conchavos, viu-se obrigado a aprendê-los às pressas.

Descobriu, tarde demais, que a pureza não sobrevive à matemática do poder.

Foi assim que procurou refúgio junto aos velhos lobos do Congresso — aqueles mesmos que outrora chamara de corruptos.

Receberam-no com sorrisos discretos, desses que misturam ironia e juro.

O encontro foi breve e revelador.

“Presidente, o senhor precisa de estabilidade. E estabilidade tem custo.”

Quintino franziu o cenho:

“Quanto?”

A resposta veio com doçura:

“Tudo.”

No dia seguinte, os jornais anunciaram o milagre: a base aliada se recompunha, as votações destravavam-se, os discursos contrários rareavam.

Ninguém soube ao certo o preço, mas a nação, habituada a trapaças, preferiu não

perguntar.

O narrador, que assiste a essa comédia com o ceticismo dos que já leram demais, registra: quando a moral é moeda, a vergonha é troco.

Quintino pagou o preço com cargos, emendas, ministérios e a própria narrativa.

Os “corruptos do sistema” tornaram-se “homens de bem”; os “inimigos do povo”, “parceiros da governabilidade”.

Mudou-se apenas o adjetivo; o substantivo, como sempre, permaneceu: conveniência.

Permita-me um parêntese moral: o vício nacional não é a corrupção, mas a justificativa. Ninguém rouba por ganância — rouba por dever patriótico, para impedir o mal maior. Quintino, que prometera limpar o país, descobriu-se sujo até os cotovelos, mas chamava a sujeira de “estratégia”.

Nos bastidores, contava-se que uma lista de pedidos circulava entre os aliados. Cada um exigia algo: um cargo, uma obra, um silêncio.

Um assessor, jovem e ainda inocente, teve a imprudência de perguntar se aquilo não traía o ideal de campanha.

Quintino respondeu sem hesitar:

“Governar é ceder.”

O rapaz, surpreso, insistiu:

“Mas o senhor não dizia que não faria alianças?”

Ele sorriu:

“Dizia o candidato. O presidente precisa sobreviver.”

Eis o ponto, caro leitor: a sobrevivência, para o vaidoso, vale mais que a coerência.

A cada nova concessão, Quintino sentia-se mais aliviado — e mais distante do personagem que criara. O herói incorruptível dera lugar ao gerente da própria ruína.

Mas o público, distraído, não notou: entre nós, o declínio moral é sempre narrado como amadurecimento.

Certa vez, numa entrevista, questionaram-no sobre o antigo discurso contra a velha política.

Ele, com olhar firme, respondeu:

“Aprendi que é preciso dialogar.”

O narrador, entre irônico e cansado, anotou: dialogar, aqui, significa pagar o que pedem.

Com o tempo, Quintino passou a acreditar nas próprias concessões. Convencia-se de que ceder era proteger o país, e que o país, para ser salvo, precisava dele.

Era o círculo perfeito do autoengano: a corrupção convertida em sacrifício.

Permita-me, leitor, um breve lampejo de seriedade: há algo de trágico no homem que se vende acreditando estar comprando tempo. Quintino não negociava o poder — apenas adiava a queda.

E o destino, como o crédito, cobra juros altos.

Ao fim do ano, cercado de “novos aliados” e velhas desconfianças, o presidente já não reconhecia o próprio espelho.

O discurso moralista, outrora seu escudo, tornara-se farsa.

O povo, agora mais distraído que devoto, começava a murmurar:

“Será que o Mito também tem preço?”

O narrador não responde; apenas sorri com amargura.

Porque, entre nós, tudo tem preço — até o arrependimento.

Eis Quintino Barbosa: o puritano que abraçou os pecadores, o justiceiro que aprendeu a tabelar o pecado.

O herói já não lutava contra o sistema — era o sistema.

Capítulo 13 – O Cerco e o Delírio

A queda de um homem poderoso raramente é um tombo; é um deslizamento. Primeiro, o chão cede em silêncio; depois, o ruído dos aplausos vai diminuindo até restar o eco.

Quintino, que se habituara a governar com o barulho, estranhou o silêncio.

As multidões já não se reuniam. As transmissões, outrora vibrantes, agora tinham menos de metade dos comentários — e muitos deles não eram piedosos.

A fé digital, como toda devoção fabricada, evaporava com a conexão.

Os escândalos multiplicavam-se: contratos duvidosos, rachadinhas, dossiês.

Os filhos, tão eloquentes nas redes, agora eram alvos da polícia; a esposa, discreta e devota, convocada a depor; aliados, exilando-se nos próprios partidos.

O herói solitário via-se, pela primeira vez, cercado.

E um homem cercado por seus erros costuma apelar para a metafísica.

“Querem me destruir!”, exclamava diante das câmeras.

“É uma conspiração global, orquestrada pela elite internacional, pelos comunistas, pelos artistas, pelos alienígenas — por todos!”

O narrador, que já ouvira delírios mais coerentes, anota: a paranoia é o estágio final da vaidade. Quando o mundo já não o aplaude, o narciso acusa o espelho.

As instituições, cautelosas, começavam a reagir. Processos corriam, denúncias cresciam.

E Quintino, incapaz de aceitar que a lei não é voz, via em cada juiz um inquisidor, em cada manchete um decreto de morte.

Falava de “liberdade”, mas entendia “impunidade”; pregava “povo nas ruas”, mas desejava “soldados nos quartéis”.

Permita-me uma digressão breve — e talvez incômoda: há, na história das repúblicas jovens, um momento em que o governante confunde popularidade com soberania.

Quintino acreditava que a vontade dele era a vontade geral.

“O povo sou eu!”, dizia — e, por instantes, acreditava.

Mas o povo, fatigado de ser espelho, começava a desviar o olhar.

A derrota eleitoral, inevitável, chegou como raio em céu anunciado.

Quintino, ao ouvir os números, riu — aquele riso curto e tenso que antecede o grito.

“Fraude!”, proclamou.

A palavra ecoou nas redes, multiplicou-se nas praças, inflamou os fiéis.

Não aceitava o resultado — não por convicção, mas por incapacidade de conceber que

os outros também tivessem vontade.

Permita-me, leitor, um parêntese moral: o ego é incapaz de imaginar o mundo sem si. Por isso, o tirano, quando cai, acredita que a Terra se partiu — quando foi apenas ele quem tropeçou.

Vieram os dias seguintes: reuniões secretas, áudios cifrados, orações públicas.

Falava-se em “intervenção”, em “mão divina”, em “artigo invisível da Constituição”.

Os filhos, herdeiros da teatralidade paterna, cruzavam fronteiras, pedindo ajuda a quem quer que ouvisse.

Quintino, em transmissões febris, aparecia cada vez mais abatido, cercado de estandartes e símbolos religiosos.

“Deus está comigo!”, gritava.

E o narrador, cético mas não cruel, murmurava: “Talvez. Mas o bom senso já o abandonou.”

No ápice da confusão, veio o episódio final.

Uma multidão, atizada por semanas de delírio, marchou sobre os prédios da República.

Invadiram, quebraram, rezaram, dançaram — tudo ao som de hinos e impropérios.

Era o país em transe, encenando, entre o cômico e o trágico, a paixão do seu mito.

Do palácio, Quintino assistia em silêncio.

Durante alguns minutos, acreditou ser o condutor de um novo destino; depois, percebeu-se refém do próprio espetáculo.

Os tanques não vieram; os generais calaram; os aliados fugiram.

Restaram apenas destroços, fumaça e a palavra que nunca aprendera: responsabilidade.

Permita-me o leitor um instante de gravidade.

Naquele dia, o mito enfrentou, enfim, o inimigo que negava: a realidade.

E, diante dela, descobriu que a força da voz não derruba muros.

Quando as luzes se apagaram e o país recolheu o susto, Quintino apareceu na televisão, pálido, medindo as sílabas:

“Eu sempre defendi a ordem.”

“As quatro linhas da Constituição “

Era tarde.

O narrador, que já acompanhara heróis e burlões , sabia: quando o incendiário pede calma, é sinal de que o fogo o alcançou.

O delírio de um só homem custou a lucidez de muitos.

E, quando a multidão desperta do sonho, já é madrugada.

Eis Quintino Barbosa — o profeta do caos, o patriota sitiado, o homem que confundiu aplausos com absolvição.

Epílogo – As Cinzas do Mito

A memória, essa senhora de péssimos modos, começava já a escolher o que conservar e o que esquecer.

Permita-me, leitor, uma última confissão: acompanhei esta história com a ironia que convém aos tolos e a piedade que eles, às vezes, despertam. Mas confesso que houve momentos em que me custou rir.

Não porque Quintino fosse extraordinário.

Pelo contrário.

O perigo estava precisamente nisso.

Ele era possível.

O narrador, antes de fechar o livro, arrisca um epitáfio.

“Aqui jaz Quintino Barbosa, filho da cólera e da esperança.

Viveu de gritos, morreu de silêncio.”

O país, entre um e outro, aprendeu pouco.

FIM

Crônica II - O Evangelho Segundo Judas Salafrário

PRÓLOGO – AO LEITOR DESAVISADO

Leitor, não te iludas com o título: este evangelho não foi ditado por anjos, nem revelado em montes sagrados. Foi escrito à sombra de um ventilador barulhento e com a caneta de um homem cansado. Se esperas um santo, devolve-me tuas orações; aqui encontrarás apenas um pecador disciplinado.

Chamo-me Judas Salafrário, nome impróprio para os céus, mas adequado para a Terra. Uns dizem que nasci com a língua bifurcada; outros juram que foi a necessidade quem me ensinou a pregar. Confesso, entre uma e outra versão, prefiro a segunda: a fome é o melhor seminário teológico que já existiu.

Nunca vi Deus de perto — mas vi muitos homens ajoelhados diante dele, com os bolsos discretamente abertos. E foi nesse instante que percebi a grande revelação: o homem não busca o paraíso por amor ao divino, mas por medo do inferno e desejo de recompensa. A fê, como o ouro, vale pelo brilho que reflete, não pela pureza do metal.

Alguns me chamaram falso profeta. Outros, estrategista. Nenhum, leitor, me chamou o que sou: um homem coerente. Se todos buscam algo — o poder, o amor, o dinheiro, a glória — por que condenar aquele que busca tudo ao mesmo tempo? O mundo perdoa os que pecam por ignorância, mas abomina os que pecam por método. Pois eu pequei com método, e talvez por isso cause tanto incômodo.

Vivi de palavras, e nelas encontrei o meu ganha-pão e o meu epitáfio. Quando percebi que bastava falar com convicção para ser ouvido, fiz da voz o meu ofício. É fácil pregar quando o público deseja ser enganado — e, a bem da verdade, ninguém deseja tanto a verdade quanto um mentiroso arrependido.

Não me culpes por ter erguido templos, amado o luxo e frequentado palácios. Fiz apenas o que fariam todos se tivessem o talento e a oportunidade. E se pensas que exagero, olha ao teu redor, leitor: quantos pastores pregam a humildade com o relógio Rolex cintilando no púlpito? Quantos políticos prometem justiça vestindo fatos Ricardo Almeida pagos por ela? A diferença entre mim e eles é que eu confesso.

Escrevo estas memórias não por arrependimento — que é virtude dos tolos —, mas por vaidade: desejo que saibas o quanto fui engenhoso. E também porque, como dizia o meu velho mentor (um bêbado lúcido): “O pecado narrado ganha um ar de

literatura.”

Se este livro te parecer heresia, consola-te: já fui chamado de coisa pior nos púlpitos que construí. Se te parecer verdade, desconfia: a verdade, meu caro, é o disfarce predileto da mentira.

Não pretendo te converter. A esta altura da vida, já não creio em almas novas — apenas em versões melhoradas das antigas. Desejo, sim, que me acompanhes, não como discípulo, mas como cúmplice curioso. Quem sabe, ao fim destas páginas, reconheças em mim um pouco de ti mesmo.

E se, porventura, me odiares — ainda assim, terei cumprido a minha missão. Porque, no fundo, leitor, nada glorifica mais um pecador do que a indignação dos justos.

“Escrevo, pois, não para me salvar, mas para provar que a perdição, contada com elegância, é uma forma discreta de eternidade.”

CAPÍTULO I – O MENINO E A VOZ

Não te iludas, leitor: toda grande vocação nasce de um pequeno desconforto. No meu caso, foi a fome. Não a metafísica, dessas que levam o homem a procurar Deus; mas a literal, que leva a procurar o padeiro.

Nasci em um bairro esquecido, onde até os cães tinham ar de descrença. Chamava-se Vila Redenção — ironia de baptismo, pois nem a alma mais piedosa encontraria redenção naquele amontoado de telhas quebradas e promessas vencidas.

O meu pai, homem de fé curta e dívidas longas, dizia que Deus provia tudo, mas não explicava o atraso. A minha mãe, mulher de voz doce e resignação crônica, rezava três vezes por dia: uma para agradecer o que não tínhamos, outra para esquecer o que desejávamos, e a terceira — a mais sincera — para que o vizinho nos emprestasse açúcar.

Foi ali, entre o sermão e a necessidade, que ouvi pela primeira vez a voz. Não te apresses em chamá-la divina. Era uma mistura de intuição e esperteza, essa faculdade misteriosa que alguns chamam de alma e outros, de instinto de sobrevivência. Disse-me a voz: “Fala, menino. Fala bonito. Quem fala bonito não passa fome.”

Obedeci.

No princípio, falava nas calçadas, declamando versículos decorados e frases que lia nas embalagens de sabão. A vizinhança reunia-se, não pela fé, mas pela curiosidade: queriam saber como um menino sujo conseguia parecer tão convicto.

Ora, leitor, não é difícil enganar o coração humano; basta que o som da verdade soe

mais alto que o seu conteúdo.

Havia em mim um prazer secreto ao ver os adultos abaixarem a cabeça, como se as minhas palavras tivessem peso celestial. Era o primeiro gosto do poder — ainda fraco, mas já doce. Acredito que todo homem ambicioso tem um momento inaugural, em que descobre a embriaguez da influência. O meu foi aquele: perceber que bastava erguer a voz para que os outros se calassem.

Lembro-me de uma tarde em que preguei na feira. O público era composto de donas de casa e bêbados, mas preguei como se falasse a reis. Um velho atirou me uma moeda. Peguei-a com a solenidade de quem recolhe uma oferenda e entendi, ali mesmo, que a fé podia render dividendos.

Foi minha primeira coleta — singela, mas simbólica. A moeda tilintou no bolso e fez mais barulho que todos os anjos da minha infância.

Desde então, passei a estudar o tom da voz, a pausa entre as palavras, o olhar de compaixão. Descobri que a retórica é a religião dos que ainda não têm um deus, e fiz dela o meu altar.

O meu pai morreu cedo, sem saber que deixava um profeta em casa. Minha mãe chorou, e eu chorei também — não por piedade, mas por decência. A lágrima, leitor, é o mais convincente dos sacramentos sociais.

Depois, quando tudo se acalmou, prometi a mim mesmo que nunca mais seria pequeno. E jurei, diante de um espelho rachado, que um dia faria o mundo ouvir a minha voz — nem que para isso precisasse gritar da beira do abismo.

E gritei. Oh, se gritei. Mas essa é outra história, que te contarei no próximo capítulo, quando o menino se transforma em pregador — e a voz, em ofício.

“Porque, antes de aprender o caminho do céu, aprendi o eco da palavra.”

CAPÍTULO II – A CONVERSÃO DA LÍNGUA

Dizem que a fé vem pelo ouvir; comigo, veio pelo falar.

Não foi uma iluminação súbita, dessas que descem em forma de pomba ou raio. Foi uma epifania discreta, nascida da observação e da conveniência. Descobri, leitor, que a emoção é contagiosa, mesmo quando é simulada. E, como não podia possuir a fé, decidi possuir o seu efeito.

Naquela época, frequentava um pequeno templo, onde um pastor magro e suado fazia do púlpito o seu palco. O homem berrava com tal ardor que parecia exorcizar o próprio oxigênio. Os fiéis tremiam, choravam, ajoelhavam-se — e, ao final,

entregavam o que tinham.

Observei o espetáculo com atenção científica. Cada lágrima era um aplauso; cada glória, uma moeda. E concluí, entre um “amém” e outro, que a fé era menos um estado de alma do que uma técnica respiratória.

Não me entendas mal, leitor: não ridicularizo a crença alheia — apenas a admiro por sua rentabilidade. A fé é um investimento de risco, mas, bem administrada, produz dividendos espirituais e temporais.

Foi assim que comecei a treinar a voz diante do espelho, ensaiando pausas, entoações, súplicas e exclamações. Às vezes, fingia uma lágrima; outras, uma epifania. Descobri que a fronte franzida dá autoridade e que o olhar para o alto confere santidade — ainda que se olhe apenas para o teto da casa.

Em pouco tempo, fui convidado a substituir o pastor em uma quarta-feira chuvosa. Disseram que ele estava adoentado; penso que estava apenas cansado de prometer milagres.

Subi ao púlpito com o nervosismo de um ator estreante. À minha frente, meia dúzia de almas molhadas esperava uma palavra que justificasse o mau tempo. Respirei fundo e deixei sair o primeiro “irmãos!” — e, com ele, nasceu o pregador.

Não sei bem o que disse naquela noite. As palavras fluíam como água morna: confortavam sem molhar, inflamavam sem queimar. Vi os olhos humedecerem-se, as cabeças balançarem, e senti dentro de mim uma centelha que nada tinha de divina — era o prazer puro e animal de mandar.

Ao final, vieram apertar-me a mão, chamando-me de “vaso”, “instrumento”, “servo”. Sorri humildemente — e dentro de mim ri-me. Não por desprezo, mas por descoberta: era possível ser adorado por mera competência retórica.

Entendi, então, que a língua pode se converter antes da alma, e que muitas vezes a alma, vendo o sucesso da língua, acaba por imitá-la.

Desde esse dia, tornei-me o substituto oficial do pastor. Ele dizia que via em mim um chamado; eu via nele um espelho do meu futuro. Pouco a pouco, as ovelhas passaram a procurar-me mais do que ao seu antigo guia — o que prova, leitor, que até o rebanho sabe escolher o pastor mais convincente.

E, se me perguntas quando deixei de acreditar em Deus, direi: nunca deixei — apenas aprendi a administrá-lo.

Há quem nasça para servir o divino; eu nasci para interpretá-lo. E se o palco da fé rendeu-me pão e respeito, por que censurar o ator?

“A alma crê; a língua convence. E entre a crença e a convenção, nasce o milagre do prestígio.”

CAPÍTULO III – A PRIMEIRA OFERENDA

Foi numa dessas noites em que o calor da fé confunde-se com o do corpo. O templo estava cheio, e eu, tomado por uma inspiração tão súbita quanto calculada, falei sobre a viúva pobre do Evangelho.

Não sabia muito bem o que dizia, mas sabia como dizê-lo — o que, convenhamos, é o que realmente importa.

Falei de sacrifício, de entrega, de plantar para colher. Usei palavras doces como promessas e duras como dívidas. O público suspirava, e eu, por dentro, fazia contas. Quando vi os olhos marejados e as mãos dirigirem-se às carteiras, percebi que a unção descera — sobre mim, não sobre eles.

Uma senhora aproximou-se do altar. Era velha, enrugada como um mapa de dores, e trazia nas mãos um envelope murcho. Depositou-o sobre a mesa e sussurrou:

— É pouco, pastor... mas é tudo.

Sorri com a benevolência dos santos e o cálculo dos banqueiros. Disse-lhe que Deus multiplicaria — e, dentro de mim, desejei que o fizesse ao menos em dobro. Foi ali, leitor, que senti o primeiro estremecimento do poder tangível: o da moeda que responde à palavra.

Há quem diga que o dinheiro corrompe. Eu, que o estudei de perto, afirmo o contrário: ele apenas revela. A oferta da velha não despertou em mim culpa, mas uma compreensão luminosa — a de que o altar é um balcão de trocas, e que o céu, quando bem administrado, paga dividendos.

Quando todos se foram, fiquei a sós com o envelope. Abri-o com o mesmo respeito com que um médico abre um corpo em autópsia. Dentro, três notas e um bilhete: “Para que o Senhor me veja.”

Ri — não da velha, mas da engenhosidade humana. Que melhor modo de chamar a atenção divina do que um pequeno suborno piedoso?

Nesse instante, a voz — aquela mesma da infância — murmurou em mim:

“Judas, descobriste o segredo: a fé é moeda de troca do invisível.”

Guardei o envelope e, com ele, a certeza de que o céu era o melhor dos negócios, desde que bem apresentado.

Nos dias seguintes, as oferendas aumentaram. Cada pregação era um espetáculo; cada lágrima, uma nota. Com o tempo, percebi que não era necessário falar de Deus, bastava falar com convicção — o auditório faria o resto. A emoção do público suplanta a ausência do milagre.

Certa noite, um jovem perguntou me como fazia para sentir o Espírito Santo. Respondi:

— Fecha os olhos e imagina que és rico.

Ele obedeceu, sorriu, e disse que sentiu.

A fé, leitor, é uma imaginação disciplinada.

Daquele dia em diante, compreendi que meu destino não era guiar almas, mas administrá-las. Pois a salvação, quando bem pregada, é um investimento coletivo com lucros individuais.

“O primeiro dízimo é como o primeiro amor: ninguém esquece — porque, ao recebê-lo, o coração aprende a bater nocaixa registradora.”

CAPÍTULO IV – DONA MARILÚ E A CONTABILIDADE CELESTIAL

Foi numa vigília de domingo — dessas longas, em que o sono luta contra o Espírito — que vi pela primeira vez Dona Marilú.

Não me perguntes, leitor, se era bela; a beleza, quando associada à inteligência, costuma ser supérflua. possuía outro dom, mais raro e mais lucrativo: Marilú sabia contar.

Enquanto eu pregava sobre os talentos e os dons, vi-a lá atrás, sentada, com um caderno no colo e um lápis entre os dedos. Não orava; somava. Anotava as entradas, classificava os fiéis por generosidade e fazia um cálculo mental do saldo da salvação. A fé dos outros parecia lhe uma planilha — e eu, maravilhado, entendi que era amor à primeira dedução.

Depois do culto, fui apresentá-la ao Espírito Santo — isto é, a mim mesmo. Disse-me, sem rodeios:

— Pastor, a sua palavra é boa, mas desorganizada. Deus pode até multiplicar os peixes, mas alguém precisa registrar quantos sobram.

Confesso que me senti nu diante daquela lucidez. Até então, eu falava e o dinheiro aparecia, como maná; jamais me preocupara com o destino das migalhas. Marilú,

porém, tinha um olhar que via o invisível — e o invisível, leitor, costuma ser o que escapa ao bolso.

Propôs organizar as finanças do ministério, instituir envelopes, relatórios e uma tesouraria “para a glória do Altíssimo e a tranquilidade do Tesoureiro”.

Aceitei — não por fé, mas por fascínio. Havia nela algo de bíblico e bancário, como se tivesse lido o Evangelho segundo Caim e o manual de contabilidade na mesma tarde.

Pouco tempo bastou para que se tornasse indispensável. Marilú não falava muito, mas quando o fazia, o Espírito contava até dez. Sabia calcular o ponto exato entre a piedade e o lucro, entre a esmola e a hipoteca moral.

— Pastor, dizia-me ela, — a fé é eterna, mas a luz do templo vence no fim do mês.

Casamo-nos, é claro — como não casar com uma mulher que transforma pecado em balanço?

O matrimônio foi discreto, abençoado por poucos e contabilizado por muitos. Prometi-lhe amor, e ela me prometeu solvência. Cumprimos ambos os votos: nunca falimos.

Marilú cuidava das finanças como quem cuida de um altar — lustrava os números, incensava os relatórios e fazia o dízimo render como parábola. Às vezes, quando eu falava em milagre, ela corrigia me:

— Milagre, Judas, é fazer sobrar troco no fim do culto.

Não era romântica, mas era fiel — ao lucro. E, se por vezes faltava me inspiração divina, bastava olhar-lhe o rosto sereno para lembrar que Deus pode tardar, mas o balanço não falha.

Com o tempo, o templo prosperou, as ovelhas multiplicaram-se e a conta bancária também.

Eu pregava o céu; ela geria a Terra. E, no equilíbrio entre ambos, construímos um império — metade fé, metade planilha.

Hoje, olhando para trás, reconheço: sem Marilú, talvez eu tivesse sido apenas um pregador eloquente. Com ela, tornei-me um profeta solvente.

“A fé move montanhas, mas quem sabe de números vende as por lote.”

CAPÍTULO V – O SERMÃO DA PROSPERIDADE

Foi num domingo de sol ardente — desses em que o calor parece um argumento teológico — que pronunciei o meu primeiro grande sermão.

Tema: “O Céu Começa no Contracheque.”

Confesso, leitor, que o título já era meio milagre: cabia em um cartaz, chamava o público e prometia o que todos queriam — um Deus que pagasse dividendos mensais.

O templo estava repleto. Mulheres abanavam-se com os programas de culto; homens suavam fé e ambição. Eu subi ao púlpito como quem sobe ao trono. Não preguei: negocieei.

Falei que Deus era sócio de cada fiel, e que a fé, quando bem administrada, rendia juros compostos de bênçãos. “Quem dá o primeiro, recebe o centésimo”, disse, e a plateia murmurou um “amém” que soou mais como “quero também”.

Ah, leitor, que instante sublime aquele em que percebi que a multidão crê mais no lucro do que na salvação! O paraíso é uma abstração; a conta bancária, uma epifania palpável.

Vi lágrimas de esperança, mãos levantadas e, sobretudo, carteiras abertas. A cada nota lançada ao altar, eu sentia o perfume da eternidade — e o tilintar da fé transformada em capital.

“Dai, e vos será dado” — repeti.

“Em boa medida, recalcada, sacudida e transbordante.”

E, para que a citação tivesse o vigor necessário, acrescentei:

“... com comprovante fiscal, se possível.”

O riso contido da plateia confirmou: até o humor, quando espiritualizado, arrecada.

Terminado o culto, uma jovem aproximou-se com um olhar húmido e uma dúvida sincera:

— Pastor Judas, se eu der tudo que tenho, Deus me fará rica?

— Filha, — respondi — se deres tudo, já serás rica: terás Deus como devedor.

Ela sorriu e foi se, deixando no altar o equivalente a um mês de salário.

Confesso que por um instante — um só — senti um arranhão na consciência.

Mas, ao ouvir o barulho da oferta no cofre, o arranhão virou cócega.

Desde então, passei a medir o valor de uma alma pelo peso da contribuição. Era simples aritmética divina: quanto mais fé, mais depósito.

Criei envelopes personalizados, contas dedicadas, recibos abençoados.

Cada fiel tornava-se uma ação, e eu, o gestor de um fundo celeste.

Dona Marilú, sempre arguta, sugeriu-me que lançássemos um plano de fidelidade espiritual:

— A cada cem , uma oração exclusiva. A cada mil, uma vaga reservada no céu.

Ri, mas anotei. A ironia, no comércio da fé, é apenas o rascunho de uma ideia rentável.

Nessa noite, ao contar as notas, percebi algo curioso: quanto mais eu pregava, mais acreditava em mim mesmo.

Não era apenas o público que eu iludia — era também a minha alma, que, convencida, começou a confundir cálculo com vocação.

A fé, meu caro leitor, é um espelho: quem a vende acaba comprando a própria imagem.

E, no reflexo do púlpito, vi o profeta e o negociante fundirem-se num só homem — e esse homem tinha o meu nome.

CAPÍTULO VI – A TENTAÇÃO DO COFRE

Há tentações que não vêm disfarçadas — chegam nuas, belas e sonoras, como o tilintar de moedas recém-caídas no fundo de um cofre.

Era tarde, e o templo já dormia. Apenas eu e o dinheiro velávamos.

Ficara para “fazer a contagem final”, tarefa que, confesso, nunca deleguei — não por desconfiança dos outros, mas por uma fé desmedida na minha própria precisão.

Abri o cofre. O baú reluzia como um pequeno sol de notas e moedas. A luz do candeeiro faiscava sobre os rostos de presidentes mortos,esses santos laicos do capitalismo.

Sentei-me à mesa, contei e recontrei. O som das moedas caindo parecia um rosário profano: cada “cling” era uma Pai-nosso ao deus invisível das cifras.

Foi então que senti o impulso.

Um simples gesto — rápido, quase inocente — e uma nota deslizou para o bolso.

Não me julgue, leitor: não foi roubo, foi experimento.

Queria apenas saber se a consciência faria algum ruído.

Fez. Um ruído leve, como o de um inseto preso entre as páginas de um livro.

Mas, ao ouvir lá fora o sopro do vento, pensei: talvez fosse só isso mesmo, o vento.

“Tudo pertence a Deus”, disse-me a voz interior.

“Logo, nada é roubo, apenas redistribuição.”

Ah, que sofisma abençoado! Senti-me teólogo, legislador e contabilista, tudo em um só espírito.

A moral, percebi, é uma questão de contabilidade: basta lançar no crédito o que se tira do débito.

Guardei o dinheiro com cuidado e dormi tranquilo, como dormem os justos e os bem pagos.

No dia seguinte, ao subir ao púlpito, notei algo curioso — minha eloquência crescera.

A culpa, leitor, é um combustível excelente: acende o verbo e afia o raciocínio.

Preguei com tal fervor que alguns fiéis juraram ver luzes no teto. Eu mesmo vi — reflexos do ouro mental que circulava em minha alma.

Marilú, atenta, percebeu meu novo brilho e perguntou-me à noite:

— Andas mais inspirado, Judas. Foi o Espírito?

Respondi:

— Foi. Um Espírito em forma de notas.

Ela riu — não de mim, mas comigo. E isso bastou.

No comércio da fé, o riso cúmplice é o selo da sociedade conjugal.

A partir desse dia, deixei de ver o cofre como depósito de ofertas; passou a ser meu confessionário.

Todas noites, abria o, olhava para dentro e perguntava:

“Que fizestes por mim, Senhor?”

E o eco metálico respondia. Sempre.

A fé é feita de vozes; o dinheiro, de ecos. E o meu coração, já tão acostumado à liturgia da contagem, batia no compasso da tentação satisfeita.

“Quem nunca abriu o cofre de Deus, não sabe o peso da bênção.”

E assim, entre um sermão e outro, aprendi que o inferno é apenas a contabilidade atrasada dos santos.

CAPÍTULO VII – A VIÚVA DO MILAGRE

A fama, caro leitor, é como o incenso: sobe com facilidade, mas sufoca quem dela respira demais. Eu já tossia o aroma do sucesso quando, certa manhã, uma mulher entrou no templo, envolta num manto preto e num desespero ainda mais escuro.

Chamava-se Dona Jacinta. Viúva recente, pobre antiga. Trazia nos olhos a febre da esperança e nas mãos o envelope das últimas economias. Disse-me, com voz trêmula:

“Pastor, ouvi dizer que o senhor tem orações que ressuscitam empregos e curam contas vencidas.”

Sorri — aquele sorriso profissional, o mesmo que uso para funerais e campanhas de arrecadação.

“Minha filha,” respondi, “não sou eu quem faz o milagre. É o Senhor. Eu apenas redijo o requerimento.”

Ela acreditou — e não seria generoso culpá-la. Quem tem fome de milagre aceita até o cheiro do pão.

Dona Jacinta entregou o envelope. Pedi que fechasse os olhos e ajoelhasse. Fiz um gesto teatral — mistura de bênção e passe magnético — e murmurei palavras solenes, que inventei na hora.

A cada frase, eu sentia me mais inspirado; e quanto mais inspirado, mais eloquente; e quanto mais eloquente, mais convincente. A fé, aprendi, é contagiosa — sobretudo quando nasce de um ator sincero.

Terminei o rito com voz firme:

“O Senhor proverá. Amanhã, ao raiar do sol, verás o sinal.”

Ela saiu leve, quase flutuante. Eu fiquei. E com a mesma serenidade com que um banqueiro fecha o cofre, fechei o templo.

No dia seguinte, o milagre aconteceu.

Não, não foi obra divina — foi apenas o irmão Eliseu, funcionário do correio, que,

por coincidência, entregou-lhe uma carta anunciando o pagamento atrasado de uma pensão.

Mas em religião, leitor, coincidência é sinônimo de providência.

Dona Jacinta voltou em prantos, agradecida, oferecendo novo dízimo. Disse que eu era um “anjo disfarçado”.

Sorri outra vez — e confesso: por um instante, quase acreditei em mim mesmo.

“Não é a mim que deves agradecer, filha,” declarei, com o tom grave dos santos de vitral, “mas Àquele que opera até por intermédio dos carteiros.”

A congregação, ao ouvir a história, exaltou-me. Era o primeiro “milagre documentado” da igreja.

Marilú, sempre perspicaz, sugeriu que incluíssemos o testemunho no boletim mensal. Eu, modesto, recusei — apenas depois concordei, para não parecer vaidoso.

Assim nascem os santos: de uma boa história e um público disposto.

E como todo santo, descobri o segredo da fé: a necessidade é a mãe da crença, e a retórica, o pai da esperança.

Naquela noite, ao contar as notas, pensei em Dona Jacinta.

Se Deus não interveio, ao menos eu intervi em Seu lugar. E isso, convenhamos, é mais eficiente: Ele tarda, eu cobro à vista.

“A fé, leitor,” concluí, “é uma moeda. Só falta saber quem a cunha e quem a gasta.”

E assim, com uma viúva, um envelope e um carteiro distraído, nascia o primeiro milagre de Judas Salafário, o Ungido das Finanças Celestes.

CAPÍTULO VIII – O CONSELHO DO PRESIDENTE

Há convites que soam como tentações, e há tentações que chegam seladas em papel timbrado.

Foi numa tarde abafada, entre um culto e outro, que recebi a mensagem: o Presidente Quintino Barbosa — sim, aquele mesmo do livro anterior — desejava conversar comigo “em caráter reservado”.

A princípio, pensei tratar-se de perseguição.

Depois, recordando as minhas recentes oferendas à política nacional (em forma de

fiéis), compreendi: não se prende um homem que arrasta multidões; convida-se.

Fui ao Palácio como quem vai a um batismo: fato novo, Bíblia à mão, e o coração aberto — não a Deus, mas à oportunidade.

Quintino recebeu-me com cordialidade de estadista e astúcia de comerciante.

— Pastor Judas — disse-me —, admiro a sua obra. Traz ordem ao espírito e, o que é mais difícil, disciplina ao voto.

Inclinei-me modestamente, com aquele gesto que os santos usam para disfarçar a vaidade.

Ele prosseguiu:

— O país anda inquieto. Precisamos de homens de fé. Gente que pregue a paz, a obediência, a esperança...

Traduzi mentalmente: “preciso de alguém que segure o povo enquanto eu conto os cofres.”

— A fé, Excelência — respondi —, é a melhor das polícias.

Ele sorriu, e foi a primeira comunhão entre o altar e o trono.

A partir desse encontro, tornei-me presença constante nas reuniões reservadas.

Não era ministro, tão pouco conselheiro oficial — era algo mais etéreo, uma espécie de capelão das consciências alheias.

Minha função? Traduzir em linguagem celestial as conveniências terrenas.

Quando queriam aprovar um imposto impopular, pediam-me um sermão sobre o “sacrifício de Abraão”.

Quando planejavam cortes no orçamento social, sugeria-lhes a “prova de Jó”.

E quando me perguntavam sobre justiça, respondia:

“Justiça, Excelência, é o nome que damos ao bem quando ele nos convém.”

Quintino ria, batia-me no ombro e dizia:

— Pastor, o senhor deveria estar na política.

Respondi:

— Estou. Só que do lado certo do púlpito.

Aos poucos, aprendi que governar um povo e pregar-lhe são artes gêmeas: ambas exigem voz firme, promessas vagas e memória seletiva.

Marilú, sempre prática, cuidava das doações que fluíam como maná do poder.

Disse-me certa noite:

— Estás cada vez mais influente, Judas.

— E tu cada vez mais rica, mulher.

Rimos — o riso dos que compreenderam que o céu começa no banco.

O Presidente, grato, passou a consultar-me sobre nomeações, discursos e feriados religiosos.

Fui eu, confesso, quem sugeriu o “Dia Nacional da Prosperidade Espiritual” — data em que o governo e a igreja, de mãos dadas, celebravam a comunhão entre a fé e o lucro.

E, leitor, quando vi o povo marchando com cartazes onde meu nome se misturava ao do Presidente, percebi enfim a grande verdade:

“Deus, quando quer governar o mundo, escolhe sempre dois instrumentos: o trono e o púlpito. Eu já tinha o segundo.”

CAPÍTULO IX – O ESCÂNDALO DA DÍVIDA SANTA

Não há inferno comparável ao de ver o próprio nome impresso num jornal — e sem elogios.

Uma manhã, acordei pastor e, ao abrir o periódico, descobri-me réu.

“ESCÂNDALO NA IGREJA DA PROSPERIDADE: DÍZIMOS DESVIADOS PARA FINS PESSOAIS.”

O título era largo, como a malícia dos repórteres. Abaixo, detalhes sórdidos: terrenos comprados em nome de terceiros, carros de luxo, viagens missionárias a Paris. Tudo verdade, é claro — mas mal contada, e esse é o maior dos pecados.

Marilú, que lia o jornal ao meu lado, franziu o cenho:

— Judas, exageraram.

— Sim,roubaram-me o mérito.

Ela riu; eu não. Naquele instante compreendi que o sucesso espiritual, quando atinge certa altura, atrai enxames de moscas morais.

Reuni-me, pois, com meus assessores e decidi: não negaria nada — explicaria tudo.

A mentira é frágil, mas a explicação é invencível.

No domingo, o templo estava lotado. Curiosos, fiéis e inimigos — todos aguardavam a minha defesa.

Subi ao púlpito com a serenidade dos inocentes experientes.

A Bíblia em mãos, os olhos marejados, comecei:

“Meus irmãos, o ouro é de Deus, mas o homem é de carne. Se pequei, pequei tentando administrar o tesouro do Altíssimo com as mãos trêmulas de um servo.”

Um murmúrio correu o salão; continuei:

“Acusam-me de possuir terras, carros e casas. Mas, digam: o pastor que representa um Deus de abundância deve andar de sandálias ou de sapatos italianos?”

Risos contidos, aplausos discretos. A assembleia vacilava — sinal de que o milagre da retórica começava.

“Não comprei para mim, meus irmãos, comprei para o Reino! Só que o Reino, às vezes, precisa de um bom endereço.”

A gargalhada veio solta.

Marilú, ao fundo, acenava discretamente — o público estava vencido.

Mas guardei o golpe de misericórdia para o final:

“Se usei mal os dízimos, que Deus me cobre. Mas se o fiz para multiplicá-los, que Ele me perdoe pela eficiência.”

Chorei.

Sim, leitor, chorei com a habilidade de um ator velho e a sinceridade de um hipócrita convicto.

E o templo inteiro chorou comigo.

Na saída, os fiéis disputavam para apertar a minha mão. Um deles, carpinteiro pobre, disse-me:

— Pastor, quem nunca precisou dar um jeitinho?

Sorri. Estava salvo.

No dia seguinte, o jornal publicou nova manchete:

“O POVO ABSOLVE JUDAS.”

Ah, leitor, nada purifica tanto quanto a comoção.

Descobri que a culpa, quando bem pregada, rende mais que a inocência.

Naquela noite, Marilú resumiu tudo:

— Judas, fizeste o milagre da multiplicação da mentira.

Respondi:

— Não. Apenas dei à verdade a forma que ela merecia.

E adormeci em paz, certo de que, no tribunal da opinião pública, o único juiz é o talento.

CAPÍTULO X – A TEORIA DO DANO NECESSÁRIO

Toda vida, quando longa o bastante, pede um sistema.

Os tolos confessam; os prudentes explicam; os gênios justificam.

E eu, que sempre aspirei à santidade intelectual, formulei — entre uma oferta e outra — a minha pequena metafísica: a Teoria do Dano Necessário.

Ela nasceu de uma inquietação simples:

Por que Deus permitiria que um homem tão útil ao Seu Reino fosse caluniado, invejado, vigiado por fiscais e repórteres?

A resposta, naturalmente, era teológica: porque o mal é o imposto do bem.

Se a prosperidade é divina, e eu sou próspero, logo: minhas faltas são ofertas secundárias no altar da eficiência.

Todo sistema espiritual precisa de um mártir, e, se ninguém mais se dispusesse,

ofereci-me a mim mesmo.

“Pequei, sim — mas por uma boa causa. Quem deseja multiplicar o pão precisa, antes, roubar o trigo.”

Essa frase, dita num congresso evangélico, valeu-me uma ovação e dois convites para palestrar.

Percebi, então, que não basta roubar; é preciso interpretar o roubo.

Marilú, escutando-me certa noite, observou com seu sorriso administrativo:

— Judas, transformaste o crime em dogma.

Respondi, já entre satisfeito e inspirado:

— Minha querida, toda fé começa assim: uma transgressão que deu certo.

E continuei a desenvolver a teoria, que resumo ao leitor diligente:

Todo bem requer um dano. Se ajudo cem pessoas com o dízimo, é justo que uma delas (eu) sofra o fardo do conforto.

A virtude é improdutiva sem um pouco de egoísmo. O altruísmo puro é o suicídio da obra.

A culpa é um capital. Quanto maior o pecado, maior o juro espiritual quando se paga com lágrimas públicas.

Assim converti a minha biografia em tratado moral.

Pregava-a com tanta convicção que alguns fiéis começaram a repeti-la, adaptando-a aos próprios deslizes: o comerciante que sonegava chamava-se “obreiro da eficiência fiscal”; a mulher adúltera dizia-se “inovadora emocional”.

O bem, leitor, é uma planta frágil; precisa do adubo da desculpa.

Um dia, o Presidente Quintino chamou-me de parte:

— Pastor, estás a fazer filosofia a mais.

Respondi:

— Excelência, quem governa também precisa de um credo. Estou apenas redigindo o vosso.

Ele riu, e percebi que minha teoria servia não apenas aos pecadores da fé, mas aos da política — o que, no fundo, dá no mesmo.

Assim, no auge da carreira e da consciência tranquila, formulei a sentença que me bastaria como epitáfio:

“Não há crime, há contexto; não há culpa, há utilidade.”

E concluí para mim mesmo:

“Se o inferno existe, será apenas uma câmara de auditoria — e eu levo as contas em dia.”

CAPÍTULO XI – A ÚLTIMA TENTAÇÃO

Os anos passaram, a velhice, leitor, é uma espécie de segunda infância — mas sem brinquedos e sem perdão.

Chega devagar, como visita que entra pelo Templo e senta-se no último banco, sem ser convidada.

Eu já contava mais de setenta quando percebi que o templo, outrora cheio, agora me parecia vasto demais.

Os fiéis vinham, é verdade, mas traziam olhares fatigados — de quem acredita por costume, não por convicção.

E eu, que tantas vezes fingira ouvir a voz de Deus, comecei enfim a desejar que Ele me respondesse — nem que fosse com um “não”.

Era tarde. Marilú, viúva de marido vivo, administrava o império com mãos firmes e olhos lúcidos.

O Presidente Quintino, não re-eleito, vivia em exílio solitário na Capital.

Os discípulos que formei pregavam sua própria versão da prosperidade, e, como bons filhos, roubavam melhor que o pai.

Foi então, numa noite abafada, que a tentação voltou — não a do cofre, mas a do sentido.

Sentei-me sozinho diante do altar vazio.

Olhei para o teto e perguntei, pela primeira vez sem plateia:

“Senhor, fui Teu servo ou Teu sócio?”

O silêncio respondeu com mais eloquência que todos os corais do domingo.

E, no eco desse nada, percebi a ironia final: passei a vida falando por Deus — e Ele, por discrição, nunca me interrompeu.

Senti um frio leve, como o sopro de uma dúvida antiga.

Recordei-me da viúva Jacinta, do carteiro milagroso, dos fiéis de olhos fechados, das moedas caindo no cofre.

Tudo aquilo — fé, esperança, salvação — não passara de um teatro tão bem ensaiado que o ator esqueceu o papel.

Marilú entrou devagar, viu-me imóvel e perguntou:

— Estás a orar, Judas?

Respondi:

— Não, mulher. Estou tentando ouvir a resposta.

Ela não entendeu, e talvez tenha feito bem.

A fé, afinal, é uma forma elegante de surdez.

Levantei-me, cambaleante, e subi ao púlpito uma última vez.

Olhei o vazio da nave e falei para ninguém:

“Preguei o Reino, e construí o império. Preguei o amor, e cultivei o lucro. Preguei o perdão, e perdoei apenas a mim mesmo. Se isto é pecado, que seja ao menos coerente.”

E, pela primeira vez, não pedi ofertas.

Desci, fechei o templo, e senti — não remorso, mas um certo cansaço de mim.

“A última tentação, leitor, é acreditar na própria redenção.”

EPÍLOGO – O EVANGELHO SEGUNDO O LUCRO

Se cheguei até aqui, foi porque o lucro, como o amor, também promete eternidade — e, como o amor, mente com ternura.

Chamaram-me Judas, e não protestei.

Afinal, todo nome que se repete o bastante torna-se verdade.

Vivi de fé alheia e morri da minha própria descrença.

Mas não lamentei: há quem nasça santo e há quem descubra na hipocrisia um caminho mais rentável para o céu.

Recordo, agora, que um discípulo meu — desses que confundem sabedoria com algoritmo — escreveu certa vez que “o dízimo é a senha do milagre”.

E todos acreditaram.

Nunca me senti tão dispensável.

Eu, que preguei em templos e assembleias, percebi tarde que a salvação é negócio de loja de retalho.

Cada alma compra a entrada que pode.

Alguns pagam com fé, outros com culpa.

E há quem, como eu, pague com lucidez — moeda sem valor no mercado divino.

De tudo o que amei, restou o eco.

O templo virou franquia; os fiéis, estatística.

E eu, o velho pregador, transformei-me em anedota.

Mas deixo, a quem quiser ler, esta parábola final:

“Havia um homem que acreditou poder enganar a Deus.
Deus, por sua vez, acreditou poder enganar o homem.
Ambos tinham razão.”

Não me julgue, leitor; ou, se o fizer, faça-o com lucro.

Nada neste mundo é gratuito — nem mesmo o perdão.

Se um dia abrirem o cofre e encontrarem dentro apenas esta confissão, saibam que foi o primeiro depósito sincero da minha vida.

E, se Deus existir, que Ele me cobre com juros, porque nunca gostei de dever.

Fecho este livro com o mesmo gesto com que fechei o templo: devagar, sem remorso, mas com um riso pequeno nos lábios.

Afinal, quem ri por último compreende — o paraíso é uma conta que sempre fecha para o banqueiro.

E você, acredita? ou apenas investe?

FIM

No fim de tudo só permanece, teimoso e inexplicável, o ser humano — essa criatura capaz de sobreviver a pestes, impérios e ideologias, mas ainda perfeitamente apta a eleger os seus próprios problemas.

..e por fim Venha o Diabo e Escolha